

REFLEXOS SOCIOAMBIENTAIS DAS UHEs DO RIO MADEIRA

Adriana Dias dos SANTOS¹; Carlos Daniel RABELO¹; Ataiades G. de Araújo Neto FERREIRA¹

1. Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná

O complexo hidrelétrico de Jirau e Santo Antônio, construído no Rio Madeira, entrou em operação em 2012 e 2013. Apesar do estudo de viabilidade técnica realizado, segundo análise posterior, indicada por determinação legal, os impactos dos empreendimentos tiveram proporções maiores que o previsto. Segundo Centro de Estudos e Pesquisa de Engenharia e Defesa Civil - CEPED, em 2014 foi registrada uma enchente histórica no Rio Madeira, chegando a 19,72 metros, superando a de 1997 que atingiu 17,52. Diante desse fato, essa pesquisa visa abordar a hipótese levantada sobre a possível relação de causalidade entre os impactos ambientais da obra e o fenômeno ocorrido naquele ano. Com isso, pretende-se verificar possível violação de direitos da população ribeirinha atingida. A pesquisa é classificada como exploratória e bibliográfica e sua abordagem é qualitativa. O método aplicado foi o hipotético dedutivo, partindo da análise do objeto da Ação Civil Pública nº 0002427-33.2014.4.01.4100 sobre as cheias do Rio Madeira em Rondônia. Resultados e discussão: A Ação Civil Pública Coletiva movida pelo Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado de Rondônia, Ordem dos Advogados do Brasil, Defensorias Federal e Estadual, se contrapõe aos estudos realizados pelos responsáveis e administradores do empreendimento hidrelétrico no Rio Madeira e órgãos de monitoramento do clima, que afirmam não haver relação de causalidade entre os impactos das barragens e as cheias de 2014, atribuindo a causa a um fator natural. Na liminar, diante da urgência, o foco foi amenizar os efeitos priorizando os direitos sociais da população localizada na área de influência direta dos lagos, que, segundo análise, ultrapassou o previsto no projeto. O estudo realizado por determinação legal já apontava diversos impactos ao meio ambiente e, conseqüentemente, à população ribeirinha, sendo advertidos os responsáveis que postergaram os possíveis danos àquelas comunidades em prol do progresso econômico. A comunidade alertou sobre o assoreamento do Rio que ameaçava o ecossistema. Com esses fatos, já se observava violação de direitos e de princípios legais. Os estudos apontaram fortes impactos sociais às comunidades atingidas, como seu modo de vida, sua cultura, sua comunidade, sistema político, e, principalmente, quanto ao seu ambiente, pois passaram a viver em local estranho aos habituais, tendo que se adequar à nova realidade quanto à saneamento, trabalho, clima, acesso aos recursos naturais, entre outros. Além de terem seus direitos violados, a população afetada ficou com danos permanentes, no que resulta em prejuízos para a economia desse povo que tiram o sustento através da pesca e vegetação local pelo qual foi devastada. Rodrigo Nuñez Viégas classifica essa situação como “zonas de sacrifício”, que são quando grandes empreendimentos se instalam, eles criam danos e riscos socioambientais. Diante disso, a população ribeirinha se sente ameaçada e insegura, pois muitos ainda se questionam e não conseguem acreditar que a causalidade das cheias tenham sido apenas um “fenômeno natural”, pois por serem moradores daquela região há anos eles vem acompanhando e notando as mudanças geográficas ocorridas ao decorrer da construção das usinas, e o mais preocupante disso tudo que são imprevisíveis os riscos de novas cheias, pois de acordo



com estudos realizados levaram em consideração as cheias anteriores, baseando o projeto e construção nestes resultados obtidos, contudo, as fundações e estrutura da usina foram projetadas a suportar enchentes já ocorridas, não estando preparadas para problemas futuros, que segundo estudos será decorrente das mudanças climáticas. Conclui-se que as cheias tomaram proporções bem maiores do que as previstas nos projetos de impactos ambientais, no entanto, foram ignoradas, o que causou ainda mais sofrimento às famílias ribeirinhas. Contudo, espera-se que o poder público através das ações ajuizadas busquem medidas compensatórias visando “minimizar” os impactos sofridos por estas comunidades, que devido a construção das UHEs passaram a viver em zonas de sacrifício, abdicando de suas moradias e meios de subsistência para benefício alheio.

PALAVRAS-CHAVE: Rio Madeira. Hidrelétricas. Zona de Sacrifício. Ribeirinhos.